

GRUPO E IDENTIDADE

Edmund Marc Lipiansky

Prof. Universidade Paris X-Nanterre

In L'Identité, L'individu, le groupe, la société

Éditions Sciences Humaines, 1998

Tradução: Prof. Jamil Zigueib Neto-depto. Psicologia- UFPR

A etnopsicologia ainda que deseje ultrapassar os enfoques impressionistas que foram muitas vezes sua fraqueza e até jogaram sobre ela um certo descrédito, se choca com um problema de método. Se somos sensíveis intuitivamente à especificidade cultural e psicológica de cada povo, a escolha e a formalização de tal especificidade parecem particularmente problemáticas. Encontramos-nos frente a uma pluralidade de caminhos e nenhum é totalmente satisfatório. Um primeiro método de inspiração etnológico se fundamenta sobre uma descrição de comportamentos correntemente observados em uma dada cultura para induzir um modelo teórico, por exemplo, os que procuram a “personalidade de base”; este caminho, que foi o da antropologia cultural americana (Kardiner, Linton, Mead...) se revela certamente como um dos mais fecundos. Ele se aplica entretanto, principalmente às sociedades ditas primitivas e sua transposição às sociedades modernas coloca questões temidas. Também outros métodos foram tentados para definir e descrever através de um enfoque estatístico e tipológico, um “caráter nacional”.

Esta aproximação essencialmente européia, se apoiando sobre a noção de “recrutamento caractereológico” procurou inventariar os traços psicológicos dominantes de uma população à partir de uma técnica de enquête e extrair um caráter modal (Wiesma, Le Senne, Grieger); essas fraquezas metodológicas notadamente na transposição que ela opera de um modelo caractereológico do individual ao coletivo, coletivo que sobretudo não é somente entendido na medida de uma soma de traços individuais, particularmente questionáveis.

Enfim, toda uma corrente seguiu métodos de aplicação de testes, de técnicas de sondagem ou de análises documentais; a pinçar os estereótipos e as representações que os povos fazem de

si mesmos.(auto-imagem) ou de outros povos (hetero-imagens). Este campo em sua modéstia aparente esta longe de ser negligenciável: ele é mesmo o mais sólido e não se confunde com a apreensão objetiva de personalidade étnica. Com efeito, ele se oferece à observação sob um duplo aspecto: como objeto e como sujeito, como coisa e como representação. Ela é traçada a partir de um conjunto de atitudes e comportamentos próprios de determinado grupo e como realidade subjetiva na consciência dos indivíduos, exprimindo-se em forma de imagens, de estereótipos e ideologias. Para introduzir uma outra distinção que vai de encontro à precedente, mas sem coincidir com ela, nós podemos também, no fio do pensamento de G. Devereux, fazer a oposição entre “personalidade étnica” e “identidade étnica”. A primeira pode ser definida como “um esquema conceitual construído por meio de generalizações indutivas à partir de dados concretos”(G. Devereux, “Ethnopsycanalyse complémentaire”,Paris, Flammarion,1972), e mais precisamente de comportamentos e de condutas diretamente ou indiretamente observáveis. A segunda resulta de um postulado de existência, de um movimento de afiliação, da consciência de uma pertinência; ela tem um valor **taxionômico**. Ela nasce de uma confrontação com os “outros”e de uma diferenciação dos outros (eu sou francês e não alemão). É preciso constatar entretanto que na realidade estas duas noções se interferem e não podem ser isoladas facilmente. A personalidade étnica atualiza-se frequentemente de maneira inconsciente, mas ela pode também ser “exibida” conscientemente e vir a ser então, afirmação de uma identidade. Por outro lado, a identidade é associada freqüentemente a certas normas de atitudes e de comportamentos (ser francês se confunde com “agir como um francês) e funciona como um modelo ideal da personalidade (ser um “bom e autêntico francês). Assim a personalidade étnica pode ser vivida subjetivamente, como a identidade se objetivar ou ainda tornar-se objeto nas representações, nas opiniões, nos discursos, onde ela é colocada em cena e descrita.

Disto tudo, a identidade subjetiva de uma certa maneira pode ser atingida mais facilmente do que a personalidade objetiva, e isto não é um paradoxo. Frequentemente as representações são as mais imediatamente observáveis à análise. Duas vias se oferecem então à etnopsicologia: se visamos a personalidade étnica somos conduzidos então a adotar uma perspectiva mais sociológica, onde o psicológico é referido à totalidade social e histórica onde ele é inscrito; mas se não visarmos a identidade, agora a perspectiva se inverte: o social é apreendido na sua refração psicológica. Este segundo caminho não é menos importante que o primeiro; ele é complementar, como ressalta Lévi-Strauss: “nós não podemos jamais estar seguros de termos

atingido o sentido e função de uma instituição, se nós não estivermos na medida de vê-la revivida sobre uma consciência individual”. A complementaridade é aqui dinâmica. De uma parte, a maneira que a identidade é subjetivamente assumida é parte integrante da personalidade, mas por outro lado a personalidade étnica se encontra na identidade, onde ela se define como consciência, como um modelo que a define socialmente. As representações da identidade étnica informam e pré-formam os comportamentos. Ora, essas representações são representações sociais. A sociedade não se contenta de propor formas onde a realidade psicológica pode achar uma expressão; em certo sentido ela le impõe um “status”, uma figurabilidade e uma significação notadamente através da linguagem que fixa aquilo que pode ser dito e de qual maneira ela pode ser conceitualizada. É improvável que possamos isolar uma realidade psíquica que não deva nada à cultura. O indivíduo se toma como sujeito e reconhece sua identidade através dos sistemas semânticos e de universos simbólicos que são co-extensivos à sociedade e que comandam as condutas, pois elas os dão sentido e realidade. A etnopsicologia se situa então no coração de um campo constituído por suas interações complexas entre o social e o psicológico, entre a personalidade e a identidade, entre o objetivo e o subjetivo. Neste estudo nos propomos a abordar a identidade nacional na medida e que ela é subjetivamente vivida e percebida pelos indivíduos, mais precisamente nós nos esforçaremos em analisar o conceito de identidade subjetiva e de nos interrogar em seguida sobre os métodos que permitem apreendê-las e de explorar o seu conteúdo (nós sugerimos notadamente a utilização da dinâmica de grupo como modo de investigação específico).

1 - A IDENTIDADE NACIONAL SUBJETIVA

Designa-se pelo termo identidade psicosocial a dimensão da identidade relativa à pertinência de um indivíduo a diferentes grupos. Este termo sugere que esta pertinência identifica por uma parte o indivíduo e que subjetivamente este passa a perceber (esta pertinência) como responsável de um setor de si-mesmo. Aqui a palavra grupo designa categorias sociais como idade, sexo, nacionalidade e como papéis ou posições como a profissão, afiliação a um movimento político ou confessional. Esta simples enumeração testemunha o fato de enumerar as

categorias como relativamente heterogêneas, e podemos assim, nos perguntar se convém de as situar em um mesmo plano. A identidade nacional é de mesma natureza que a identidade sexual, ou da pertinência profissional? Se não, o que a especifica à luz de outras categorias? Parece que esta questão não foi objeto até o presente de um exame aprofundado e que a resposta que podemos dar fica difícil de ser formulada. O que parece em uma primeira instância é o investimento considerável que pode suscitar para alguns a identidade nacional. Ela pode provocar os piores enganos como também os maiores sacrifícios, inspirar o chauvinismo mais agressivo como o heroísmo mais desinteressado. Morrer pela pátria esteve sempre presente na ideologia nacional como um destino glorioso. Acharemos neste nível uma correspondência no que concerne a identidade sexual e profissional? Isto parece duvidoso; talvez a identidade política ou religiosa nos fornecerá exemplos mais próximos. A força da ideologia nacional subjetivamente vivida varia certamente de acordo com as épocas e as circunstâncias; ela se reveste de um caráter paradoxal quando se acha particularmente ameaçada ou exaltada por eventos ou propagandas. Podemos constatar entretanto que ela está quase sempre presente mesmo que ela esteja dissimulada através de uma ideologia universalista ou internacionalista. O homem pode renunciar a todas as variedades individuais ou sociais, mas abandona mais dificilmente o orgulho nacional.

Nós viemos falando sucessivamente de identidade e de ideologia nacional. As duas noções não podem ser confundidos mesmo possuindo relações muito estreitas entre si. A ideologia nacional pode aparecer de um ponto de vista subjetivo como a racionalização da consciência de identidade; mas ela pode também ser apreendida como modelando e mesmo suscitando a consciência nacional. Neste sentido seremos tentados a ver no sentimento de identidade nacional um puro produto da ideologia, fabricado e manipulado pelos detentores do poder. Os regimes totalizantes mostraram até onde pode se ir nesta direção, levando-se aos extremos uma política que é aquela da maioria dos Estados. Entretanto esta explicação resta insatisfatória, na medida em que deixa na sombra toda uma dimensão do fenômeno. A adesão a uma ideologia não se explica somente pela força da propaganda. “Os detentores do poder, como nota justamente J. Franklin, manipulam, mas manipulam sobre um terreno privilegiado e já fértil para que eles cresçam, ou seja, uma estruturação psíquica tributária da estrutura da organização social. Eles mesmos não escapam inteiramente da ilusão que controlam”. O autor quer indicar aqui, que não podemos levar a ideologia a uma vontade de mistificação, pois esta

faz parte de um cálculo político ou da defesa de interesses econômicos e sociais. Mesmo ela , não pode ser apreendida como o erro da visão de um sujeito face a um objeto que ele percebe mal. Existe sobretudo correspondência entre a consciência individual (e social) e o discurso ideológico; neste o sujeito se reconhece não somente em razão da sanção social que o acompanha, mas porque ele acha aí uma forma sobre a qual ele pode colar sua identidade e significá-la. Não existe de um lado produção ideológica e de outro consumação passiva desta, mas uma prática social global onde o discurso coloca em forma um sentido comum, propondo a modalidade coletiva de uma inteligibilidade. Desenhar um espelho sobre o qual o sujeito veja refletida sua identidade (no sentido onde sua identidade acha uma configuração que lhe é enviada sobre a forma de uma imagem). Quer dizer que uma representação social como aquela da alma francesa não é somente o produto de um grupo social, produto determinado por suas condições históricas e em seguida passivamente assumidas pelos destinatários. As condições sociais de sua produção esclarecem os temas e os códigos que os organiza, mas não dão conta inteiramente da maneira como os indivíduos aderem e se reconhecem nelas. Pode-se pensar precisamente que uma das funções de uma representação social é de permitir uma comunicação e uma correspondência entre as estruturas sociais e as estruturas psíquicas, entre aquilo que obedece a lógica das relações sociais e aquilo que é inscrito na dinâmica da psicologia individual. Representações e ideologias assumem assim um papel de mediação. “Uma ideologia não “transforma” a estrutura psíquica individual ou “coletiva”, ela concentra em uma arquitetura particular reunindo representações antigamente flutuantes e móveis e que vão achar nela suas conexões.”